



CIRCULAR 01/2018

ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2018 (Lei nº 114/2017, de 29/12)

Lisboa, 28 de fevereiro de 2018

Estimados clientes:

Mais uma vez temos o prazer de elaborar um pequeno trabalho sobre o Orçamento de Estado para o corrente ano. A lei que aprova o OE2018 foi publicada no dia 29 de dezembro, tendo entrado em vigor, como é habitual, no início deste ano.

De um modo geral, a comunicação social já foi dando conta das principais alterações mas nem sempre tudo é falado com a importância devida. Tentamos neste trabalho, que foi desenvolvido nos últimos dois meses e com uma ação de formação da OCC pelo meio, divulgar e aprofundar as matérias que consideramos ser da maior importância para a generalidade dos nossos clientes.

Dedicamos também um capítulo às alterações ao Código Contributivo da Segurança Social, apesar de estar em diploma diferente do Orçamento mas tem grande importância, em especial para as Entidades Contratantes e os Trabalhadores Independentes.

Como tal, desejamos uma boa leitura, que consideramos fundamental para o sucesso do seu negócio. Qualquer dúvida após a leitura tem o seu contabilista certificado à sua disposição. Destacamos a importância da leitura antes de questionar o seu contabilista.

CIRS

- Artº 2º-A – Delimitação dos rendimentos da categoria A

Os vales de educação passam a estar sujeitos a IRS, ficando ainda isentos os “vales infância” (para crianças até 7 anos).

- Artº 10º - Mais-Valias

O diferimento da tributação da mais-valia no caso de afetação de bens imóveis (habitação) do património particular a atividade empresarial e profissional e quando haja o regresso ao património particular, mantém-se se o imóvel for afeto à obtenção de rendimentos da categoria F (prediais) e enquanto durar essa afetação.

- Artº 31º - Regime Simplificado

É aplicado o coeficiente 1 (ou seja, não há qualquer direito a descontar despesas) aos rendimentos de prestações de serviços efetuadas a sociedades que, durante mais de 183 dias, o sujeito passivo detenha 5% do capital social ou o sujeito passivo+cônjuge+ascendentes+descendentes detenham, no seu conjunto, pelo menos 25% do capital. Até aqui era só para as sociedades abrangidas pelo regime de transparência fiscal.

O Regime simplificado sofreu uma grande remodelação, no que diz respeito a rendimentos superiores a 27.360€, pois a partir deste montante os coeficientes de tributação estão sujeitos a ter de se justificar com um determinado conjunto de despesas. As despesas terão de ser identificadas no portal das finanças e/ou na declaração de rendimentos. Terá de se acrescentar ao rendimento tributável a diferença positiva entre 15% do rendimento bruto e o somatório daquele conjunto de despesas.

- Artº 68º - Taxas Gerais

Os escalões de IRS passaram de 5 para 7.

- Artº 78º-D – Dedução de despesas de formação e educação

Passa a ser possível deduzir 30% de despesas com arrendamento para dependentes que estudem a mais de 50 km da residência; para tal, as despesas têm de ser comunicadas à AT pelos senhorios e os recibos/faturas devem ter a indicação que se destina ao arrendamento de estudante deslocado.

- Subsídio de alimentação

Passa a estar isento (de IRS e de segurança social) até 4,77€/dia (era 4,52€) se não for pago em vales de refeição.

CIRC

- Artº 17º - Determinação do Lucro Tributável

De modo a que o lucro tributável seja determinado pela contabilidade (e não por métodos indiretos) acrescentou-se mais uma condição: a contabilidade estar organizada com recurso a meios informáticos.

Hoje em dia também não faz sentido ser de outra maneira!

CIVA

- Lista II anexa ao Código do IVA (taxa intermédia de 13%)

A transmissão de instrumentos musicais passa a estar abrangida pela taxa intermédia de IVA. Não abrange partes ou acessórios nem serviços de reparação ou manutenção.

CIS

- Declaração mensal de imposto de selo

Passa a existir esta declaração mensal de imposto de selo (deixando de fazer parte da Declaração de Retenção na Fonte), a enviar até ao dia 20, para os sujeitos passivos deste imposto.

- Tabela Geral do Imposto do Selo

Foram aumentadas algumas taxas no que diz respeito ao crédito ao consumo, como forma de o desincentivar (ou arrecadar mais receita).

EBF

- Artº 43º-B – Incentivos à recapitalização das empresas

Passa a ser possível deduzir até 20% das entradas de capital em dinheiro feitas pelo sócio a uma sociedade que detenha uma participação e se essa sociedade estiver na situação do artº 35º do CSC (perda de metade do capital social). Essa dedução, em sede de IRS, é feita ao montante dos lucros distribuídos ou ao saldo das mais-valias, em

caso de alienação da participação. A dedução é feita no ano em que seja realizada a entrada e nos cinco anos seguintes.

CÓDIGO FISCAL DO INVESTIMENTO

- Artº 29º - Dedução por lucros retidos e reinvestidos

O prazo para reinvestimento dos lucros retidos foi alargado de dois para três anos. Para as micro e pequenas empresas, a dedução passa a ser feita até 50% da coleta do IRC (era 25%).

CÓDIGO de PROCESSO CIVIL

- Artº 738º - Bens parcialmente penhoráveis

Os rendimentos da categoria B relativo às atividades do artigo 151º do CIRS passam a ter também um regime de impenhorabilidade, como acontece aos ordenados/pensões. A parte líquida dos rendimentos corresponde a 75%. A impenhorabilidade é aplicável se o titular não auferir outros rendimentos, como seja, vencimentos ou pensões.

CÓDIGO CONTRIBUTIVO DA SEGURANÇA SOCIAL

Existem duas datas de entrada em vigor que gostaríamos de realçar: para as entidades contratantes a data de entrada em vigor das alterações foi o dia 1 de janeiro último; para os trabalhadores independentes (TI) será 1 de janeiro de 2019.

As entidades contratantes são aquelas de beneficiem de pelo menos 50% do valor total da atividade do trabalhador independente (era 80%). Passa a haver duas taxas: 10% se aquele valor for superior a 80% e 7% nas restantes situações (entre 50% e 80%).

Para o primeiro enquadramento do TI, este só produz efeitos no primeiro dia do 12º mês posterior ao do início de atividade (alteração a entrar em vigor em 12/1/2019).

Os TI vão ter uma nova obrigação contributiva/declarativa a partir de 2019 que é comunicar trimestralmente à SS os rendimentos obtidos do trimestre anterior, de modo a pagarem as contribuições no trimestre seguinte de acordo com essa faturação (já não vai vigorar o mesmo escalão o ano todo). Em janeiro terão de declarar os rendimentos do ano civil anterior.

A taxa contributiva vai baixar, passando de 29,6% para 21,4% para os TI e de 34,75% para 25,2% para os empresários em nome individual.

Vai passar a haver uma contribuição mensal mínima de 20€, mesmo para aqueles que não têm rendimentos suficientes para descontar pelo primeiro escalão.

Conclui-se a apresentação do Orçamento de Estado para 2018.

Este trabalho, foi elaborado com muito gosto mas também com muito esforço, muitas foram as horas colocadas neste documento, com vista a que os nossos clientes retirem o melhor proveito, ficando devidamente informados das principais alterações no contexto fiscal português. Como tal, agradecemos o seu esforço dispensado nesta leitura e como habitualmente não dispensa a consulta da própria legislação.

Um empresário bem informado é um empresário de sucesso!

Com os melhores cumprimentos.

A.Pereira